

WETZEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E** **CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Wetzel S.A. é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 11/04/1932 estão arquivados na Jucesc sob nº 4230002528-3. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.671/0001-94. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 8300 – Distrito Industrial – CEP 89239-270.

A sociedade tem como atividade operacional, a fabricação e comércio de componentes fundidos de metais ferrosos, não ferrosos e plásticos, destinados à transmissão, distribuição, instalação e iluminação de energia elétrica, e a setores industriais diversos, a fabricação e comercialização de componentes para o setor automotivo, fabricação e comercialização de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção, importação e exportação de produtos, direta ou indiretamente, relacionados com a sua atividade industrial, a prestação de serviços de usinagem, pintura e tratamento térmico de peças fundidas, de manutenção, de assistência técnica, administrativa e de assessoria, relacionados com os produtos de sua indústria e de seu comércio e a participação, no país ou no exterior, em outras sociedades, quaisquer que sejam seus objetivos sociais.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 09 de março de 2015.

Buscando restaurar a competitividade e a rentabilidade da Companhia, a administração vem atuando fortemente no desenvolvimento e implantação de um novo modelo de gestão que garanta resultados consistentes e duradouros.

A iniciativa inclui o redesenho organizacional e o ajuste dos orçamentos em todas as áreas da empresa, buscando redução nos custos indiretos de fabricação, bem como medidas administrativas e comerciais que garantam os resultados operacionais. Os planos estão sendo alinhados aos objetivos estratégicos da Companhia, com a participação do Conselho de Administração em todo o processo decisório.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Wetzel S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2014	31/12/2013
Foundry Engineers	USA	100,00%	100,00%
Wetzel Univolt Ind.de Plásticos Ltda	Brasil	60,00%	60,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento na sociedade controlada na proporção dos seus respectivos patrimônios;

- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação;
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes;
- e) Destaque da participação dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

b) Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações financeiras e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

3.7 Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para impairment se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As propriedades para investimento formado por terrenos foram registradas pelo valor justo a partir de 01 de janeiro de 2012.

3.10 Imobilizado

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia concluiu a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a Companhia se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando taxas conforme nota 11, durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham seus valores alterados por “impairment”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos ao Erário.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.17 Benefícios a Empregados

a) Obrigações com Aposentadoria

A Companhia possui planos de previdência complementar na modalidade de contribuição definida, e reconhece o valor como despesa de benefícios a empregados, não tendo nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

b) Participação nos Lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente negociado com os representantes dos trabalhadores e de conhecimento do sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais internas.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.19 Reconhecimento da Receita de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “impairment” dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia; e
- e) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social.

3.21 Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais, inclusive subvenções não monetárias a valor justo, somente são reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização é a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução de passivo.

Uma subvenção governamental é reconhecida em base sistemática como receita ao longo do período que é confrontada com as despesas que pretende compensar.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnico CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A Companhia efetuou operações em derivativos neste exercício, visando minimizar os riscos financeiros das variações nos contratos de empréstimos em moeda estrangeira.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado. Os financiamentos bancários são tomados com bancos de primeira linha e suas taxas de juros são semelhantes àquelas praticadas no mercado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios, os quais seguem:

. Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

. Risco com Taxa de Juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

. Risco de Exposição Cambial Líquida

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ 2.079 mil, cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

. Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Descrição	31/12/2014	Com ajuste de 25% no câmbio	Com ajuste de 50% no câmbio
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Ativos			
Clientes no Mercado Externo	678	848	1.017
Derivativos	499	624	749
	1.177	1.472	1.766
Passivos			
Dívida Bancária	6.700	8.375	10.050
	6.700	8.375	10.050
Exposição Líquida - R\$ Mil	5.523	6.903	8.284
Exposição Líquida - US\$ Mil	2.079	2.079	2.079
Taxa Dólar	2,6562	3,3203	3,9843

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora	31/12/2014			31/12/2013		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes	851	2.091	2.942	755	2.200	2.955
Clientes		18.642	18.642		24.916	24.916
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(387)	(387)			
Dep. Judiciais trabalhistas		1.781	1.781		1.271	1.271
Dep. Judiciais tributários		1.523	1.523		1.305	1.305
Total	851	23.650	24.501	755	29.692	30.447
Controladora	31/12/2014			31/12/2013		
		Outros Passivos Financeiros	Total		Outros Passivos Financeiros	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores		25.421	25.421		13.589	13.589
Empréstimos e Financ.		69.742	69.742		70.027	70.027
Arrend. Financeiros		1.025	1.025		322	322
Total		96.188	96.188		83.938	83.938
Consolidado	31/12/2014			31/12/2013		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes	851	2.233	3.084	755	2.304	3.059
Clientes		18.649	18.649		24.916	24.916
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(387)	(387)			
Dep. Judiciais trabalhistas		1.781	1.781		1.271	1.271
Dep. Judiciais tributários		1.523	1.523		1.305	1.305
Instrumentos Financeiros Derivativos	499		499			
Total	1.350	23.799	25.149	755	29.796	30.551
Consolidado	31/12/2014			31/12/2013		
		Outros Passivos Financeiros	Total		Outros Passivos Financeiros	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores		26.814	26.814		14.027	14.027
Empréstimos e Financ.		72.813	72.813		73.001	73.001
Arrend. Financeiros		2.615	2.615		3.095	3.095
Total		102.242	102.242		90.123	90.123

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	9	16	9	16
Bancos Conta Movimento	2.082	2.185	2.224	2.289
Aplicação Financeira	851	754	851	754
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.942	2.955	3.084	3.059

As aplicações financeiras estão lastreadas em certificados de depósito bancário (CDB) e em Operações Compromissadas com seu rendimento atrelado ao CDI.

NOTA 7 - CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contas a Receber de Clientes Interno	17.964	24.419	17.971	24.419
Contas a Receber de Clientes Externo	678	497	678	497
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(387)		(387)	
Contas a Receber de Clientes	18.255	24.916	18.262	24.916
Adiantamentos a fornecedores	167	435	169	603
Adiantamentos a funcionários	511	646	513	651
Outros Adiantamentos				
Parcela Circulante	18.933	25.997	18.944	26.170
Total a Receber de Clientes	18.255	24.916	18.262	24.916
Total dos Adiantamentos	678	1.081	682	1.254
Total Geral	18.933	25.997	18.944	26.170

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/13	31/12/2014	31/12/2013
Aging List Contas a Receber de Clientes				
Vencidos	777	2.180	777	2.180
A vencer 30 dias	12.736	17.096	12.743	17.096
A vencer de 30 a 60 dias	4.283	4.774	4.283	4.774
A vencer de 60 a 90 dias	624	653	624	653
A vencer acima de 90 dias	18	50	18	50
Cambiais a embarcar	204	163	204	163
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(387)		(387)	
Contas a Receber de Clientes	18.255	24.916	18.262	24.916

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2012
Contas a Receber por Tipo de Moeda				
Reais	17.577	24.419	17.584	24.419
US\$	590	486	590	486
Euros	88	11	88	11
Contas a Receber de Clientes	18.255	24.916	18.262	24.916

Em virtude da irrelevância do ajuste a valor presente a ser efetuado em relação ao total do valor a receber de clientes, a Companhia não reconheceu nenhum ajuste nas contas a receber.

NOTA 8 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Produtos Acabados	4.321	4.145	4.341	4.175
Produtos em Elaboração	3.951	4.304	3.951	4.304
Matéria-Prima	2.149	2.269	2.553	2.269
Materiais Consumo Produção	4.875	4.143	4.914	4.143
Revenda	1.791	1.921	1.791	1.921
Outros Estoques	3.810	2.439	2.961	2.442
(-) Provisão para Perdas	(2.556)	-	(2.556)	-
Total dos Estoques	18.341	19.221	17.955	19.254

NOTA 9 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ICMS a Recuperar	211		211	
IPI a Recuperar	593	646	956	1.197
Pis/Cofins a Recuperar	364	209	364	209
IRRF a Compensar	49	25	49	25
ICMS CIAP a Compensar	738	873	896	1.012
IRPJ a Compensar (nota 17)		405	15	418
CSLL a Compensar (nota 17)		154	6	160
Outros Impostos		12		12
Total	1.955	2.324	2.497	3.033

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Investimentos em Sociedades Controladas	78	93		
Propriedades para Investimento	53.774	49.963	53.774	49.963
Outros Investimentos		86		86
Total de Investimentos	53.852	50.142	53.774	50.049

10.1 Investimento em Sociedade Controlada

Nas demonstrações financeiras da Controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação nessas empresas:

Controladora									
Nome	País	Patrimônio			Resultado		% de	Equivalência	Valor do
		Ativos	Passivos	Líquido	Receitas	do Período	Participação	Patrimonial	Investimento
Em 31 de dezembro de 2013									
Foundry Engineers	USA	147	54	93	113	(218)	100,00%	(218)	93
Wetzel Univolt Ind.Plásticos Ltda	Brasil	6.241	6.885	(644)	10.895	(997)	60,00%	(598)	
		6.388	6.939	(551)	11.008	(1.215)		(816)	93
Em 30 de dezembro de 2014									
Foundry Engineers	USA	138	61	78	5	(24)	100,00%	(24)	78
Wetzel Univolt Ind.Plásticos Ltda	Brasil	6.600	7.520	(920)	11.420	(276)	60,00%	(166)	
		6.738	7.581	(842)	11.425	(300)		(190)	78

Inexistem quaisquer avais, garantias, fianças, hipotecas ou penhor concedido em favor das controladas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

10.2 Propriedade para Investimento

Terrenos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Anterior	49.963	45.191	49.963	45.191
Ajuste valor justo	3.811	4.772	3.811	4.772
Total	53.774	49.963	53.774	49.963

Descrição	Saldo contábil em dez/2014
Otto Boehm	3.140
Araquari	29.420
Anaburgo Raabe	5.025
Itajuba	142
Rua Graciosa	277
Rua Rui Barbosa	15.770
Total	53.774

NOTA 11 - IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Total
Taxas médias de depreciação conforme laudo		de 4% a 10%	de 4% a 20%	de 5% a 10%	20%	de 5% a 10%	de 10% a 20%		
Em 31 de dezembro de 2012									
Custo	8.922	12.096	112.843	4.555	715	26.818	2.291	4.853	173.093
Depreciação Acumulada		(5.957)	(54.924)	(3.061)	(507)	(16.268)	(1.741)		(82.458)
Valor contábil líquido	8.922	6.139	57.919	1.494	208	10.550	550	4.853	90.635
Adições			140	53	14	42	91	13.319	13.659
Transferências		80	5.344	178		2.131	17	(8.893)	(1.143)
Baixas			(289)	(13)	(180)		(531)	(277)	(1.290)
Transf.p/prop.investimentos									
Depreciação		(424)	(5.979)	(227)	(54)	(1.751)	(209)		(8.644)
Baixas da Depreciação			92	11	177		525		805
Saldo Final	8.922	5.795	57.227	1.496	165	10.972	443	9.002	94.022
Em 31 de dezembro de 2013									
Custo	8.922	12.176	118.038	4.773	549	28.991	1.868	9.002	184.319
Depreciação Acumulada		(6.381)	(60.811)	(3.277)	(384)	(18.019)	(1.425)		(90.297)
Valor contábil líquido	8.922	5.795	57.227	1.496	165	10.972	443	9.002	94.022
Adições			2.942	34		150	642	7.871	11.639
Transferências		1.150	9.399	303		912	15	(12.720)	(941)
Baixas		(181)	(5.242)	(1.307)	(53)	(5.307)	(367)	(799)	(13.256)
Depreciação		(448)	(6.518)	(241)	(53)	(1.827)	(235)		(9.322)
Baixas da Depreciação		75	5.001	1.283	53	5.076	360		11.848
Saldo Final	8.922	6.391	62.809	1.568	112	9.976	858	3.354	93.990
Em 31 de dezembro de 2014									
Custo	8.922	13.145	125.137	3.803	496	24.746	2.158	3.354	181.761
Depreciação Acumulada		(6.754)	(62.328)	(2.235)	(384)	(14.770)	(1.300)		(87.771)
Valor contábil líquido	8.922	6.391	62.809	1.568	112	9.976	858	3.354	93.990
Consolidado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Total
Taxas médias de depreciação		de 4% a 10%	de 4% a 20%	de 5% a 10%	20%	de 5% a 10%	de 10% a 20%		
Em 31 de dezembro de 2012									
Custo	8.922	12.096	117.241	4.564	715	27.526	2.293	5.441	178.798
Depreciação Acumulada		(5.957)	(55.608)	(3.062)	(507)	(16.342)	(1.741)		(83.217)
Valor contábil líquido	8.922	6.139	61.633	1.502	208	11.184	552	5.441	95.581
Adições			140	57	14	42	91	13.360	13.704
Transferências		80	5.868	178		2.153	17	(9.439)	(1.143)
Baixas			(289)	(13)	(180)		(531)	(333)	(1.346)
Transf.p/prop.investimentos									
Depreciação		(424)	(6.338)	(229)	(54)	(1.822)	(209)		(9.076)
Baixas da Depreciação			92	11	177		525		805
Saldo Final	8.922	5.795	61.106	1.506	165	11.557	445	9.029	98.525
Em 31 de dezembro de 2013									
Custo	8.922	12.176	122.960	4.786	549	29.721	1.870	9.029	190.013
Depreciação Acumulada		(6.381)	(61.854)	(3.280)	(384)	(18.164)	(1.425)		(91.488)
Valor contábil líquido	8.922	5.795	61.106	1.506	165	11.557	445	9.029	98.525
Adições			2.942	63		653	642	8.562	12.862
Transferências		1.150	9.572	330		912	15	(12.920)	(941)
Baixas		(181)	(5.614)	(1.307)	(53)	(5.307)	(367)	(812)	(13.641)
Depreciação		(448)	(6.991)	(246)	(53)	(1.927)	(237)		(9.902)
Baixas da Depreciação		75	5.001	1.283	53	5.076	362		11.850
Transferências			117	(8)		(110)			
Saldo Final	8.922	6.391	66.133	1.621	112	10.854	860	3.859	98.753
Em 31 de dezembro de 2014									
Custo	8.922	13.145	129.860	3.872	496	25.979	2.160	3.859	188.293
Depreciação Acumulada		(6.754)	(63.727)	(2.251)	(384)	(15.125)	(1.300)		(89.540)
Valor contábil líquido	8.922	6.391	66.133	1.621	112	10.854	860	3.859	98.753

A Companhia procedeu a avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (*"deemed cost"*), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Os bens integrantes do imobilizado da empresa estão em garantia do Programa REFIS e quando financiados garantem os próprios financiamentos.

Do total da depreciação lançada no resultado de dezembro de 2014 (R\$ 9.322 mil), R\$ 8.492 mil estão no CPV e R\$ 830 mil nas despesas administrativas/comerciais.

NOTA 12 - REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

Nos anos de 1991, 1994 e 2002 a controladora procedeu a reavaliação de alguns itens do imobilizado (máquinas e equipamentos e terrenos).

O montante total líquido dos impostos, em 31.12.2014 das reavaliações efetuadas é de R\$ 949 mil líquido das parcelas já realizadas por depreciação e/ou alienação que foram transferidas para a conta de Lucros (Prejuízos) Acumulados. O montante realizado líquido durante o ano foi de R\$ 246 mil.

Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter a Reserva de Reavaliação registrada no Patrimônio Líquido, sendo que a sua realização integral ocorrerá quando da alienação, depreciação ou baixa dos respectivos ativos.

NOTA 13 - INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	Programas de Computador	Total	Programas de Computador	Total
Taxas anuais de amortização	20%		20%	
Em 31 de dezembro de 2012				
Custo	2.666	2.666	2.776	2.776
Amortização Acumulada	(1.702)	(1.702)	(1.739)	(1.739)
Valor contábil líquido	964	964	1.037	1.037
Adições	76	76	76	76
Baixas				
Transferências	1.143	1.143	1.143	1.143
Amortização	(481)	(481)	(503)	(503)
Baixa Amortização				
Saldo Final	1.702	1.702	1.753	1.753
Em 31 de dezembro de 2013				
Custo	3.885	3.885	3.995	3.995
Amortização Acumulada	(2.183)	(2.183)	(2.242)	(2.242)
Valor contábil líquido	1.702	1.702	1.753	1.753
Adições	302	302	302	302
Transferências	941	941	941	941
Amortização	(638)	(638)	(660)	(660)
Saldo Final	2.307	2.307	2.336	2.336
Em 31 de dezembro de 2014				
Custo	5.128	5.128	5.238	5.238
Amortização Acumulada	(2.821)	(2.821)	(2.902)	(2.902)
Valor contábil líquido	2.307	2.307	2.336	2.336

Do total da amortização lançada no resultado de dezembro de 2014 (R\$ 660 mil), R\$ 165 mil estão no CPV e R\$ 495 mil nas despesas administrativas/comerciais.

NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS ("IMPAIRMENT")

Anualmente ou quando houver indicação de que ocorreu uma perda, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos tiveram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

NOTA 15 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	25.421	13.589	26.814	14.027
Contas a Pagar a Fornecedores	25.421	13.589	26.814	14.027
Obrigações Sociais/Trabalhistas	12.021	12.934	12.109	13.012
Obrigações Tributárias	4.051	4.859	4.119	4.947
Adiantamentos de Clientes	935	55	935	
Outras Contas a Pagar	10.500	6.548	10.584	6.606
Parcela Circulante	52.928	37.985	54.561	38.592
Obrigações Tributárias	108.470	105.857	108.640	105.857
Outras Contas a Pagar	38.681	1.907	38.281	1.521
Parcela Não Circulante	147.151	107.764	146.921	107.378
Total a Pagar a Fornecedores	25.421	13.589	26.814	14.027
Total de Outras Contas a Pagar	174.658	132.160	174.668	131.943
Total Geral	200.079	145.749	201.482	145.970

Aging List Contas a Pagar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Vencidos	9.928	545	10.626	545
A vencer 30 dias	10.304	9.421	10.941	9.853
A vencer de 30 a 60 dias	3.563	2.182	3.620	2.187
A vencer de 60 a 90 dias	1.115	103	1.115	103
A vencer acima de 90 dias	511	1.338	512	1.339
Contas a Pagar a Fornecedores	25.421	13.589	26.814	14.027

Contas a Pagar por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Reais	25.421	13.589	26.814	14.027
Contas a Pagar a Fornecedores	25.421	13.589	26.814	14.027

NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante	Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Finame		Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até taxas pós fixadas de 12% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	2.012	1.644	2.012	1.644
BRDE/BADESC		IGP-m + 6,6% aa	Imóveis / Aval	1.567	2.137	1.567	2.137
Capital de Giro - Res.4131		VC + 6,7% aa	Máquinas	521	1.242	521	1.242
Capital de Giro - Comprar		1,17% a 1,31% am	Duplicatas	-	1.400	-	1.400
Capital de Giro - Progeren		Taxa Pós fixada até 13% aa	Aval/Duplicatas	1.003	6.752	1.003	6.752
Capital de Giro - Pré-Pagto		Libor + 3,30% aa	Aval	1.604	1.381	1.604	1.381
Capital de Giro		Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,27% am	Duplicatas	14.174	7.586	14.174	7.586
FINEP		5,25% aa	Imóveis, Aval	478	479	478	479
Leasing		1,23% a 1,49% am	Alienação Fiduciária	451	203	451	203
Prodec I		50% IGPm + 4% aa	Aval	4.880	3.416	4.880	3.416
Prodec II		Variação da UFIR + 1% aa	Aval	3.406	2.538	3.406	2.538
Finimp		Euribor semestral + 2,05% ano	NP	-	544	-	544
Financ. Direto com Fornec.		-	-	825	246	825	246
ACC		VC + 4,10% aa	-	1.518	-	1.518	-
Mútuo		VC + 4% a 6,483% aa	-	-	-	-	113
Leasing		VC + 6,483% aa	Alienação Fiduciária	-	-	1.262	1.183
Capital de Giro		Taxas Pré fixadas de 9,35% e 12,01% aa	Aval/Duplicatas	-	-	3.071	2.709
Total do Circulante				32.439	29.568	36.772	33.573
Não Circulante	Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Finame		Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até Taxas Pós fixadas de 12% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	9.943	10.334	9.943	10.334
BRDE/BADESC		IGP-m + 6,6% aa	Imóveis / Aval	1.714	1.462	1.714	1.462
Capital de Giro - Res.4131		VC + 6,7% aa	Máquinas	-	441	-	441
Capital de Giro - Progeren		Taxa Pós fixada até 13% aa	Aval/Duplicatas	-	3.915	-	3.915
Capital de Giro - Pré-Pagto		Libor + 3,30% aa	Aval	1.549	2.733	1.549	2.733
Capital de Giro		Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,27% am	Duplicatas	8.403	1.635	8.403	1.635
FINEP		5,25% aa	Imóveis, Aval	1.265	1.740	1.265	1.740
Leasing		1,23% a 1,49% am	Alienação Fiduciária	574	119	574	119
Prodec I		50% IGPm + 4% aa	Aval	13.170	15.476	13.170	15.476
Prodec II		Variação da UFIR + 1% aa	Aval	384	2.563	384	2.563
Financ. Direto com Fornec.		-	-	1.325	363	1.325	363
Mútuo		VC + 4% a 6,483% aa	-	-	-	-	152
Leasing		VC + 6,483% aa	Alienação Fiduciária	-	-	328	1.590
Total do Não Circulante				38.327	40.781	38.655	42.523
Total de Empréstimos e Financiamentos				70.766	70.349	75.427	76.096
Por Data de Vencimento				Controladora		Consolidado	
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em até 6 meses				18.318	17.928	22.010	21.275
De 6 meses a 1 ano				14.121	11.640	14.762	12.298
De 1 a 2 anos				13.278	16.204	13.606	17.946
De 3 a 5 anos				21.104	18.048	21.104	18.048
Acima de 5 anos				3.945	6.529	3.945	6.529
Total de Empréstimos e Financiamentos				70.766	70.349	75.427	76.096
Por Tipo de Moeda				Controladora		Consolidado	
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Reais - R\$				68.727	64.008	68.727	66.717
Dólar Norte-Americano - US\$				2.039	5.798	5.110	5.798
Euro - EUR				-	543	1.590	3.581
Total de Empréstimos e Financiamentos				70.766	70.349	75.427	76.096
Por Indexação				Controladora		Consolidado	
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Taxas Pré-Fixadas				36.957	22.860	40.027	25.570
Taxas-Pós Fixadas				33.809	47.489	35.400	50.526
Total de Empréstimos e Financiamentos				70.766	70.349	75.427	76.096

A companhia possui empréstimos com taxa de juros subsidiadas pelo PRODEC e FINEP. A diferença entre os encargos cobrados e os encargos que seriam devidos considerando as taxas de juros de mercado atingiu R\$ 247 mil durante o 4º trimestre de 2014, e R\$ 989 mil no acumulado.

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo				
IRPJ à compensar		405	15	418
CSLL à compensar		154	6	160
Total Ativo Circulante		559	21	578
IRPJ - Crédito Tributário Diferido	10.822	1.094	10.848	1.094
CSLL - Crédito Tributário Diferido	3.700	172	3.710	172
Total Ativo Não Circulante	14.522	1.266	14.558	1.266
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo				
IRPJ sobre diferenças temporárias	20.106	17.879	20.231	17.879
CSLL sobre diferenças temporárias	7.257	6.457	7.302	6.457
Total Passivo Não Circulante	27.363	24.336	27.533	24.336

17.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos		
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Outras Difer. Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado
						Total
Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos						
Em 31 de dezembro de 2013		1.266	1.266	3.869	9.194	11.273
Constituição dos Tributos		21.828	21.828	2.101	1.296	3.397
Baixa dos Tributos		(8.572)	(8.572)	(250)		(120)
Em 31 de dezembro 2014		14.522	14.522	5.720	10.490	11.153
						27.363
	Consolidado					
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos		
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Outras Difer. Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado
						Total
Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos						
Em 31 de dezembro de 2013		1.266	1.266	3.869	9.194	11.273
Constituição dos Tributos		21.864	21.864	2.271	1.296	3.567
Baixa dos Tributos		(8.572)	(8.572)	(250)		(120)
Em 31 de dezembro 2014		14.558	14.558	5.890	10.490	11.153
						27.533

17.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisão IRPJ		351	48	351
Provisão CSLL		147	21	147
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias	(17.372)	(2.386)	(17.400)	(2.386)
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias	(6.248)	(860)	(6.257)	(860)
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	8.821	4.320	8.946	4.320
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	3.150	1.528	3.195	1.528
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	(11.649)	3.100	(11.447)	3.100

NOTA 18 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A) Trabalhista e Cíveis:

A Administração monitora essas ações judiciais e os processos administrativos mediante assessoria jurídica interna e externa. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores, mantém provisionado o montante de R\$ 1.177 mil (R\$ 601 mil em 2013), julgado como suficiente para cobrir as perdas potenciais.

B) Tributária:

A empresa figura em feito executivo, Processo nº 0000254-03.2010.404.7201/SC, em trâmite perante a Justiça Federal. Em fevereiro de 2013 foi publicada Sentença acolhendo, parcialmente, os Embargos à Execução 5001542-61.2011.404.7201, remanescendo o valor de R\$ 49.017 mil. O Processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 4ª Região para apreciação dos Recursos de Apelação, tanto pela Companhia quanto pela União. O feito está garantido por meio de penhora de bens móveis e imóveis e de crédito em Execução de Sentença contra a Fazenda Pública (Proc. nº 2003.7201.005105-0 (Processo nº 990102179-0 – Nota 29), totalizando a garantia em R\$ 56.063 mil, superior ao valor remanescente da Execução Fiscal. A probabilidade de êxito do Recurso de Apelação da Companhia foi alterada em 2014 para “provável” pelos advogados responsáveis e, por esse motivo, foi reconhecida uma provisão no valor de R\$ 29.682 do que mantém-se em discussão, considerando os efeitos do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa de CSLL utilizados no momento da lavratura do auto de infração.

A empresa adicionalmente constituiu no ano de 2014 a provisão no valor de R\$ 1.074 referente autos de infração (IRPJ, CSLL, IPI e COFINS).

C) Outros:

Em 02/04/2013 o Tribunal de Justiça de Santa Catarina declarou ilegítima a cobrança do ECE – Encargo de Capacidade Emergencial, cujo débito no valor de R\$ 3.003 mil encontra-se registrado no passivo circulante da Companhia, assim aguarda-se o trânsito em julgado para proceder o estorno.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, no montante de R\$ 753 mil, cujo o risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos e, portanto, não exigem constituição de provisão.

As contingências tributárias estão relacionadas principalmente as discussões judiciais relativas as Contribuições Sociais do PIS, COFINS e da CSLL e previdenciárias com o INSS.

	Controladora		Consolidado	
	Contingências	Total	Contingências	Total
Em 31 de dezembro de 2012	499	499	499	499
Depósitos Judiciais Relacionados	111	111	111	111
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2012	388	388	388	388
Constituição de provisões	565	565	565	565
Reversão de provisões	(463)	(463)	(463)	(463)
Em 31 de dezembro de 2013	601	601	601	601
Depósitos Judiciais Relacionados	122	122	122	122
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2013	479	479	479	479
Constituição de provisões (Trabalhistas)	813	813	813	813
Constituição de provisões (Tributárias)	30.756	30.756	30.756	30.756
Reversão de provisões (Trabalhistas)	(237)	(237)	(237)	(237)
Em 31 de dezembro de 2014	31.933	31.933	31.933	31.933
Depósitos Judiciais Relacionados	405	405	405	405
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2014	31.528	31.528	31.528	31.528

NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

19.1 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionadas	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Ativo		Ativo		Passivo	
	Contas a Receber de Clientes		Outras Contas a Receber		Contas a Receber de Clientes		Outras Contas a Pagar	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda			964	523				
Alutec Ind. de Fundação EIRELI	52	1			52	1		
	52	1	964	523	52	1		
	Passivo		Passivo		Passivo		Passivo	
	Fornecedores		Outras Contas a Pagar		Fornecedores		Outras Contas a Pagar	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	0	7				7	0	
CWS Participações S.A			4.447				4.447	
Dietzel GMBH							152	
	7	7	4.447		7	7	4.599	
	Resultado (Receitas)		Resultado (Despesas)		Resultado (Receitas)		Resultado (Despesas)	
	Receita de Vendas		Custos das Vendas		Receita de Vendas		Custos das Vendas	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	11.410	10.895	(7.689)	(7.373)	11.410	10.895	(7.689)	(7.373)
	11.410	10.895	(7.689)	(7.373)	11.410	10.895	(7.689)	(7.373)

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses valores foram eliminados conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

Não houve transações com a empresa Foundry Engineers no período.

19.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Remuneração Diretoria	1712	1545	1729	1561
Remuneração Conselho Administração	506	1041	506	1041
Remuneração Conselho Fiscal	121	130	121	130

NOTA 20 – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

Atendendo à Instrução CVM nº 346 de 29/09/2000, a Wetzel S.A. informa que em 28/03/2000 aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O valor consolidado da operação se encontra detalhado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
IPi	11.458	2.281	10.563	24.302
IRRF	47	9	70	126
COFINS	4.318	1.010	3.958	9.286
PIS	931	182	664	1.777
INSS	17.878	3.758	11.710	33.346
TOTAL	34.632	7.240	26.965	68.837
(-) Compensação prejuízos fiscais e base negativa CSLL				(12.380)
VALOR DO REFIS				56.457

O saldo em 31.12.2014 apresenta-se da seguinte forma:

Valor original	56.457
Encargos calculados pela TJLP	63.673
Pagamentos efetuados de 1,2% sobre o faturamento	(36.162)
Saldo em 31/12/2014	83.968

A Companhia reconheceu R\$ 2.017 mil, em 31.12.2014, como atualização do referido programa.

NOTA 21 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, no valor de R\$ 47.147 mil é formado de 20.580 mil ações, sendo 6.860 mil ações ordinárias e 13.720 mil ações preferenciais.

As ações preferenciais têm como vantagem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

NOTA 22 – RECEITAS DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Vendas Mercado Interno	221.610	269.274	221.620	269.274
Vendas Zona Franca de Manaus	1.142	1.372	1.142	1.372
Revenda no Mercado Interno	30.165	28.905	30.165	28.905
Vendas Mercado Externo	5.056	3.377	5.061	3.490
Outras Vendas	2.311	1.191	2.311	1.191
(-) Devoluções e Abatimentos	(5.071)	(5.630)	(5.071)	(5.630)
(-) Impostos sobre as Vendas	(59.576)	(70.162)	(59.577)	(70.162)
Receita de Vendas	195.637	228.327	195.651	228.440

NOTA 23 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas Financeiras				
Juros sobre Capital de Giro	4.098	2.294	4.178	2.457
Juros sobre Financiamentos	4.303	4.199	4.443	4.394
Variação Cambial	1.363	903	2.526	2.241
Outras Despesas	5.516	2.593	5.713	2.744
Total de Despesas	15.280	9.989	16.860	11.836
Receitas Financeiras				
Variação Cambial	868	487	1.715	820
Aplicações Financeiras	233	209	233	209
Outras Receitas	379	427	1.031	427
Total de Receitas	1.480	1.123	2.979	1.456
Resultado Acumulado	(13.800)	(8.866)	(13.881)	(10.380)

NOTA 24 – DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Salários	56.255	56.477	56.794	56.951
Gastos Trabalhistas/Previdenciários	9.596	9.661	9.665	9.723
Total	65.851	66.138	66.459	66.674
Número de Empregados	1.302	1.544	1.323	1.567

NOTA 25 - PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

A Companhia mantém o Sistema de Participação no Resultado a seus colaboradores, vinculada ao alcance de metas.

NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	31/12/2014	31/12/2013
Numerador		
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(27.460)	3.425
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(13.730)	1.712
	(41.190)	5.137
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	13.720	13.720
Quantidade de ações ordinárias emitidas	6.860	6.860
Total	20.580	20.580
Resultado básico e diluído por ação (em reais mil)		
Ação preferencial	-2,0015	0,2496
Ação ordinária	-2,0015	0,2496

NOTA 27 - COBERTURA DE SEGUROS

A controladora mantém a política de cobrir com seguros seus principais ativos imobilizados e estoques, considerando a sua natureza e o grau de risco relacionado (informação não auditada). Os seguros contratados em 31 de dezembro de 2014 cobrem os riscos relacionados a incêndio, vendaval, raios/explosão, danos elétricos, extravasamento de materiais em fusão, roubo qualificado, alagamento/inundação e montam em R\$ 59.000 mil, com vigência de 14/04/2014 à 14/04/2015.

A Administração considera que o montante de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais, comerciais e administrativas.

NOTA 28 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2013	Alumínio	Ferro	Eletrotécnica	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	100.671	72.460	55.309		228.440
Receita entre Segmentos					-
Receita de Clientes	100.671	72.460	55.309	-	228.440
Depreciação e Amortização				(9.579)	(9.579)
Receitas Financeiras				1.456	1.456
Despesas Financeiras				(11.836)	(11.836)
Provisão IRPJ e CSLL Corrente e Diferido				(3.100)	(3.100)
Lucro do Exercício				4.738	4.738
Ativo Imobilizado e Intangível				100.278	100.278
Ativo Total				212.616	212.616
O Ativo Inclui:					
Adições ao Imobilizado				13.780	13.780
Passivo Total	-		-	212.616	212.616
Em 31 de dezembro de 2014	Alumínio	Ferro	Eletrotécnica	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	81.787	59.371	54.493		195.651
Receita entre Segmentos					-
Receita de Clientes	81.787	59.371	54.493	-	195.651
Depreciação e Amortização				(10.562)	(10.562)
Receitas Financeiras				2.979	2.979
Despesas Financeiras				(16.860)	(16.860)
Provisão IRPJ e CSLL Corrente e Diferido				(11.446)	(11.446)
Lucro do Exercício				(41.300)	(41.300)
Ativo Imobilizado e Intangível				101.089	101.089
Ativo Total				226.168	226.168
O Ativo Inclui:					
Investimentos em Coligadas					-
Adições ao Imobilizado				13.164	13.164
Passivo Total	-		-	226.168	226.168

NOTA 29 – CRÉDITOS ELETROBRÁS

Com base em decisão transitada em julgado favorável do STF sobre o Agravo de Instrumento 560505 referente ao Processo 990102179-0, a Companhia teve reconhecido a seu favor o direito a restituição de valores referentes a crédito de correção monetária e juros sobre empréstimo compulsório da Eletrobrás.

Em 2010 a Companhia encerrou a discussão jurídica que vinha mantendo com a empresa **Recupere Serviços de Cobrança Ltda.**, conforme Instrumento Particular de Transação firmado em 20/12/2010, reconhecendo em favor desta o direito de propriedade equivalente a 55% do montante restituível do crédito, ajustando assim, os valores da provisão ao seu valor recuperável. Conforme despacho de execução de sentença emitido em 11/03/2011, o valor a receber foi ajustado conforme quadro abaixo:

Saldo provisionado em 31/12/2010	2.930
Crédito passível de recebimento (Abril/2014)	19.435
Parcela equivalente a 45% do seu montante (Wetzel S/A)	8.746
Honorários advocatícios (20%)	(1.749)
Saldo provisionado em 31/12/2014 - líquido dos honorários	6.997

Os valores demonstrados estão contabilizados da seguinte forma:

- Ativo não circulante (Eletrobrás) R\$ 8.746 mil
- Passivo não circulante (Provisão honorários) R\$ 1.749 mil.

NOTA 30 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a reclamações trabalhistas e discussões que a Companhia mantém sobre questões tributárias e previdenciárias, acompanhados de processos judiciais regulares.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	405	122
Depósitos Judiciais - Outros	1.376	1.149
Previdenciário-FAP	1.523	1.305
Total	3.304	2.576

NOTA 31 – DESONERAÇÃO FOLHA

Até 31 de dezembro de 2014 a Cia se enquadra na Lei 12.546/2011 em seu art.8º, onde contribuirá a alíquota de 1% em substituição as contribuições previstas nos incisos I e III do art.22 da Lei nº 8.212 de 24/07/1991. Em contrapartida reduz-se o valor da contribuição dos incisos I e III do art.22 da Lei nº 8.212 de 24/07/1991 ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de fabricação dos produtos inclusos no art.8º da Lei 12.546 e a receita bruta total.

NOTA 32 – LEI 12.973/14

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativo ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. A referida Lei, dispõe, entre outros assuntos, sobre:

▮ a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e
a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A referida Lei ainda não foi integralmente regulamentada, entretanto, a administração avalia que não haverá impactos futuros relevantes em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.